



Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A
Demonstrações Contábeis Regulatórias de 2012

Índice:

I - Demonstrações contábeis regulatórias	3-6
II - Notas Explicativas	7-14

I - Demonstrações contábeis regulatórias

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Nota	2012			2011		
		Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalente de caixa		25.823	-	25.823	29.082	-	29.082
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados		72.423	-	72.423	49.439	-	49.439
Consumidores e concessionárias	3	80.760	2.897	83.657	77.079	4.392	81.471
Títulos de créditos a receber		1.952	-	1.952	1.957	-	1.957
Estoques		1.132	-	1.132	1.540	-	1.540
Impostos a recuperar		11.338	-	11.338	10.379	-	10.379
Ativo regulatório	4	-	8.426	8.426	-	8.707	8.707
Baixa renda e devedores diversos	5	21.758	297	22.055	15.979	62	16.041
Total do circulante		215.186	11.620	226.806	185.455	13.161	198.616
Não circulante							
Realizável a Longo Prazo							
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados		2.568	-	2.568	4.930	-	4.930
Consumidores e concessionárias		8.207	-	8.207	8.207	-	8.207
Títulos de créditos a receber		832	-	832	2.893	-	2.893
Impostos a recuperar		8.686	-	8.686	12.171	-	12.171
Instrumentos Financeiros Derivativos		16.738	-	16.738	3.243	-	3.243
Créditos tributários	6	20.501	13.447	33.948	43.814	(1.396)	42.418
Cauções e depósitos vinculados		1.307	-	1.307	1.127	-	1.127
Contas a receber da concessão	7	217.739	(217.739)	-	136.442	(136.442)	-
Outros		-	-	-	2.568	-	2.568
Investimentos		2.039	-	2.039	2.049	-	2.049
Imobilizado	8	4.265	203.029	207.294	-	211.652	211.652
Intangíveis	8	40.519	(31.919)	8.600	52.092	(46.663)	5.429
Total do não circulante		323.401	(33.182)	290.219	269.536	27.151	296.687
Total do Ativo		538.587	(21.562)	517.025	454.991	40.312	495.303



ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
 (Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Nota	2012			2011		
		Societário	Ajustes CPC´s	Regulatório	Societário	Ajustes CPC´s	Regulatório
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		38.881	-	38.881	32.262	-	32.262
Encargos de dívidas		2.726	-	2.726	2.588	-	2.588
Empréstimos e financiamentos		22.978	-	22.978	36.393	-	36.393
Debêntures		98	-	98	319	-	319
Tributos e contribuições sociais		29.978	-	29.978	29.508	-	29.508
Parcelamento de impostos		1.407	-	1.407	1.315	-	1.315
Encargos do consumidor a recolher		3.684	-	3.684	3.659	-	3.659
Benefícios a empregados - plano de pensão		372	-	372	218	-	218
Obrigações estimadas		2.190	-	2.190	1.798	-	1.798
Obrigações intrassetoriais		11.553	-	11.553	12.176	-	12.176
Passivo regulatório	9	-	3.533	3.533	-	8.360	8.360
Outras contas a pagar		7.779	-	7.779	9.413	-	9.413
Total do circulante		121.646	3.533	125.179	129.649	8.360	138.009
Não circulante							
Fornecedores		723	-	723	667	-	667
Empréstimos e financiamentos		252.408	-	252.408	179.249	-	179.249
Debêntures		46.636	-	46.636	59.691	-	59.691
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	1.431	-	1.431
Tributos e contribuições sociais		5.464	-	5.464	3.552	-	3.552
Impostos Diferidos	6	-	-	-	-	10.193	10.193
Parcelamento de impostos		1.877	-	1.877	3.069	-	3.069
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais		6.200	-	6.200	5.651	-	5.651
Benefícios a empregados - plano de pensão		1.248	-	1.248	1.184	-	1.184
Outras contas a pagar		1.237	-	1.237	2.527	-	2.527
Total do não circulante		315.793	-	315.793	257.021	10.193	267.214
Patrimônio líquido							
Capital social		44.171	-	44.171	44.171	-	44.171
Reservas de capital		7.921	-	7.921	7.921	-	7.921
Ajuste de avaliação patrimonial	10 e 11	-	7.189	7.189	-	18.882	18.882
Reservas de lucros		10.525	-	10.525	10.525	-	10.525
Dividendos adicionais propostos		38.531	-	38.531	5.704	-	5.704
Lucros Acumulados	11	-	(32.284)	(32.284)	-	2.877	2.877
		101.148	(25.095)	76.053	68.321	21.759	90.080
Total do passivo		538.587	(21.562)	517.025	454.991	40.312	495.303



ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
 (Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

	Nota	2012			2011		
		Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		654.610	(42.499)	612.111	634.899	(43.475)	591.424
Fornecimento de Energia Elétrica	12	567.911	(5.724)	562.187	538.523	1.705	540.228
Energia Elétrica de Curto prazo		2.391	-	2.391	1.100	-	1.100
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		42.334	-	42.334	44.691	-	44.691
Outras Receitas Vinculadas	13	41.974	(36.775)	5.199	50.585	(45.180)	5.405
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		219.049	(308)	218.741	210.217	1.621	211.838
Federais	14	57.017	(531)	56.486	54.232	158	54.390
Estaduais e Municipais		119.949	-	119.949	115.662	-	115.662
Reserva Global de Reversão - RGR		5.294	-	5.294	3.176	-	3.176
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		3.127	-	3.127	3.016	-	3.016
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	14	15.529	124	15.653	14.165	(225)	13.940
Conta de Consumo de Combustível - CCC	14	14.840	99	14.939	18.081	1.688	19.769
Programa de Eficiência Energética - PEE		1.955	-	1.955	1.885	-	1.885
Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC adicional)		1.338	-	1.338	-	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		435.561	(42.191)	393.370	424.682	(45.096)	379.586
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"		236.647	(9.193)	227.454	210.043	3.581	213.624
Energia Elétrica Comprada para Revenda	15	169.844	(2.891)	166.953	155.976	3.426	159.402
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	15	7.552	(1.247)	6.305	6.181	(117)	6.064
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão/ Distribuição	15	58.220	(5.055)	53.165	46.903	272	47.175
Taxa de Fiscalização		1.031	-	1.031	983	-	983
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		198.914	(32.998)	165.916	214.639	(48.677)	165.962
CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela "B"		144.536	(32.192)	112.344	142.195	(38.257)	103.938
Pessoal		26.923	-	26.923	27.662	-	27.662
Administradores		2.412	-	2.412	2.216	-	2.216
Serviços de terceiros		49.758	-	49.758	47.477	-	47.477
Material		5.246	-	5.246	5.059	-	5.059
Arrendamento e Aluguéis		903	-	903	933	-	933
Tributos		213	-	213	68	-	68
Seguros		554	-	554	350	-	350
Outros	16	5.304	(1.075)	4.229	2.087	1.724	3.811
Provisão Devedores Duvidosos		757	-	757	1.197	-	1.197
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais		225	-	225	(5.438)	-	(5.438)
Depreciação	17	-	19.993	19.993	-	18.854	18.854
Amortização	17	15.466	(14.335)	1.131	15.404	(13.655)	1.749
Despesa de Construção	13	36.775	(36.775)	-	45.180	(45.180)	-
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		54.378	(806)	53.572	72.444	(10.420)	62.024

RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO							
Receita Financeira	18	71.972	(57.420)	14.552	13.221	22	13.243
Despesa Financeira	18	(25.568)	(2)	(25.570)	(31.818)	(698)	(32.516)
Resultado Não Operacional	19	-	(1.679)	(1.679)	-	1.091	1.091
LUCRO ANTES IRPJ/CSSL		100.782	(59.907)	40.875	53.847	(10.005)	43.842
Imposto de Renda	20	(25.070)	15.031	(10.039)	(13.435)	2.503	(10.932)
Contribuição Social	20	(9.097)	5.271	(3.826)	(4.928)	903	(4.025)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		66.615	(39.605)	27.010	35.484	(6.599)	28.885

II - Notas explicativas

Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012
(Em milhares de reais) - NÃO AUDITADO

1. Contexto operacional

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, (“Companhia ou Energisa MG”) - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 403.707 consumidores. A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

2. Elaboração e apresentação demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias (doravante denominadas “Regulatório”) foram elaboradas de acordo com o disposto na Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010 e no Despacho de encerramento nº 4.991 de 29 de dezembro de 2011, ambos emitidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

As informações referentes às bases de elaboração, apresentação das demonstrações financeiras societárias (doravante denominadas “Societário”) e resumo das principais práticas contábeis utilizadas no societário estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de março de 2013 e publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2013.

Dessa forma, estas demonstrações contábeis regulatórias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais.

3. Consumidores e Concessionárias

Descrição	2012	2011
Descontos TUST e TUSD	2.890	4.348
Descontos irrigação e Aquicultura	7	44
Ativo Circulante	2.897	4.392

A Companhia possui ativos contabilizados para fins regulatórios (subsídios tarifários), que não estão registrados nas demonstrações financeiras societárias, considerando que de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, não se qualificam para reconhecimento por não atender à definição de ativos prevista no Pronunciamento conceitual básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro (“CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico”).

As principais características destes ativos regulatórios são:

Descontos Tarifa Uso Sistema de Distribuição - TUSD

A Resolução Normativa nº 77, de 18 de agosto de 2004, em seu art. 7o. , configura o direito da concessionária de distribuição a compensar as perdas de receitas decorrentes dos descontos especiais aplicados à TUSD para os clientes livres com suprimento de energia elétrica oriundo de fontes alternativas de energia, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

Descontos Tarifa Irrigação e Aquicultura

A Resolução Normativa n° 207, de 09 de janeiro de 2006 estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e aquicultura e configura o direito da concessionária a ser compensado pelo valor financeiro resultante dos descontos estabelecidos, no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

4. Ativos regulatórios

A Companhia possui os seguintes ativos contabilizados para fins regulatórios, que não estão registrados nas demonstrações financeiras societárias, considerando que de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, não se qualificam para reconhecimento por não atender à definição de ativos prevista no CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico

Descrição	2012	2011
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA	5.144	739
Energia Elétrica Excedente - Sobrecontratação	292	
Subvenção Baixa Renda	-	3.627
Neutralidade dos encargos setoriais	24	-
Programa Social Luz para Todos	513	1.396
Outros Componentes Financeiros	2.453	2.945
Ativo Circulante	8.426	8.707

As principais características destes ativos regulatórios são:

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia n°. 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela "A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

Energia Elétrica Excedente - Sobrecontratação

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

Subvenção baixa renda

O Governo Federal, por meio das Leis n°s 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da

subclasse residencial baixa renda. A Companhia não apurou ativos de subvenção baixa renda no exercício de 2012.

Neutralidade dos encargos setoriais

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores contemplados na tarifa.

Programa Social Luz para Todos

A Resolução Normativa ANEEL nº 294, de 11 de dezembro de 2007 estabeleceu a metodologia aplicável e os procedimentos de repasse tarifário dos déficits incorridos pelas concessionárias de energia elétrica em função da execução do Programa Luz Para Todos.

Outros Componentes Financeiros

Refere-se principalmente à parcela de ajuste conexão e rede básica e concatenação do Contrato do Uso do Sistema de Distribuição - CUSDs.

5. Outros Créditos

Descrição	2012	2011
Desativações em curso	297	62
Ativo Circulante	<u>297</u>	<u>62</u>

No saldo de Outros Créditos estão as Ordens de Desativações em Curso (ODD) cujo valor na contabilidade regulatória incorpora montantes de reavaliação do ativo imobilizado e intangível conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, a seguir:

6. Créditos tributários e impostos diferidos

Descrição	2012	2011
Ativo		
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	9.887	(1.026)
Contribuição social	3.560	(370)
Total não circulante	<u>13.447</u>	<u>(1.396)</u>
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	-	7.495
Contribuição social	-	2.698
Total não circulante	<u>-</u>	<u>10.193</u>

Em 2012 foram compensados os efeitos do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre a Reavaliação regulatória compulsória, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 e, ativos e passivos regulatórios, conforme descrito nas Notas Explicativas nº 3 e 9.

7. Contas a receber da concessão

A partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão à interpretação ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão

(equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão. As concessionárias de distribuição de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo bifurcado.

Com base nesse modelo, a parcela do capital investido com a infraestrutura operada pela Companhia na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, que será amortizada baseada no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão é classificada como ativo intangível, e a parcela do capital investido na infraestrutura, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão é classificada como contas a receber de concessão.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das redes de distribuição são registrados como ativo imobilizado e intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Adicionalmente, para fins regulatórios os ativos fixos e intangíveis foram reavaliados e a diferença entre os saldos residuais contábeis e os valores do laudo de avaliação da Base de remuneração regulatória (BRR) foi reconhecida na conta de “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio líquido.

8. Imobilizado e Intangível

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Em serviço		
Terrenos	1.427	2.286
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.	9.161	9.639
Máquinas e Equipamentos	958.839	813.770
Veículos	12.511	10.988
Móveis e Utensílios	2.513	6.683
Obrigações vinculadas à concessão	(265.014)	(230.752)
	719.437	612.614
(-) Reintegração Acumulada		
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.	(5.283)	(5.027)
Máquinas e Equipamentos	(532.585)	(404.474)
Veículos	(5.029)	(6.191)
Móveis e Utensílios	(914)	(2.310)
Obrigações vinculadas à concessão	43.072	35.457
	(500.739)	(382.545)
Em curso		
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.	128	-
Máquinas e Equipamentos	12.290	4.340
Veículos	1.169	326
Móveis e Utensílios	298	96
Transformação, fabricação e reparo de materiais.	1.411	1.149
Material em depósito	1.881	3.145
Adiantamento a fornecedores	200	186
Obrigações vinculadas a concessão	(28.781)	(27.658)
	(11.404)	(18.416)
Total do ativo imobilizado	207.294	211.653

O Intangível está constituído da seguinte forma:

Descrição	2012	2011
Em serviço	17.928	15.484
(-) Depreciação acumulada	(9.394)	(10.252)
Em curso	66	197
	8.600	5.429

A diferença entre o Ativo Imobilizado Societário e Regulatório é decorrente da aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12) e a orientação OCPC - 05 - Contratos de Concessão no Societário, conforme descrito na Nota Explicativa nº 7.

A despesa de depreciação e de amortização no montante de R\$19.993 (R\$18.854 em 2011) e R\$1.131 (R\$1.749 em 2011) respectivamente, estão registradas na Demonstração do Resultado do Exercício.

Reavaliação Regulatória Compulsória

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 396 de 23 de fevereiro de 2010, Capítulo I a Companhia registrou a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, decorrente da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em decorrência da última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis do Ativo Imobilizado e Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida a “Ajuste de Avaliação Patrimonial” no Patrimônio Líquido.

No exercício de 2012, a Companhia contabilizou a parcela de reavaliação regulatória referente ao 3º ciclo tarifário, homologada pela Nota Técnica ANEEL nº 154 de 31 de maio de 2012.

9. Passivos regulatórios

A Companhia possui os seguintes passivos contabilizados para fins regulatórios, que não estão registrados nas demonstrações financeiras societárias, considerando que de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, não se qualificam para reconhecimento por não atender à definição de passivos prevista no CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico.

Descrição	2012	2011
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA	3.302	7.413
Outros Componentes Financeiros	231	948
Passivo Circulante	3.533	8.361

As principais características destes passivos regulatórios são:

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº. 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela “A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Outros Componentes Financeiros

Refere-se principalmente à parcela de ajuste conexão e rede básica e concatenação CUSDs.

10. Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme Resolução ANEEL nº.396 de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia possui registrada contabilmente, a título de reavaliação regulatória compulsória no Patrimônio Líquido decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição - VNR do Ativo Imobilizado em Serviço - AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada e obrigações especiais, líquido dos efeitos tributários de R\$7.189 em 2012 (R\$18.882 em 2011), conforme descrito nas Notas Explicativas nº 7 e 8.

No exercício de 2012, a Companhia contabilizou a parcela de reavaliação regulatória referente ao 3º ciclo tarifário no valor negativo de R\$7.249 já deduzido de impostos.

11. Lucros acumulados

	2012	2011
Saldos em 2011 e 2010	2.877	5.626
Lucro Líquido do Exercício	27.010	28.885
Proposta de destinação do lucro líquido		
. Dividendos	(28.084)	(28.088)
. Dividendos adicionais propostos	(38.531)	(5.704)
Realização do ajuste patrimonial regulatório		
. Depreciação e Baixas	6.733	3.269
. Efeito fiscal - 34%	(2.289)	(1.111)
Saldos em 2012 e 2011	<u>(32.284)</u>	<u>2.877</u>

12. Fornecimento de Energia Elétrica

Descrição	2012	2011
Descontos irrigação e Aquicultura	-	(9)
Neutralidade dos encargos setoriais	(549)	313
Subvenção baixa renda	(3.627)	2.350
Programa Social Luz para Todos	(883)	(1.008)
Outros Ativos Financeiros	(665)	59
	<u>(5.724)</u>	<u>1.705</u>

Conforme o Despacho ANEEL nº 4.991 de 29/12/2012, anexo II, item 10 “Receita operacional bruta”, a ANEEL apresentou o modelo da nota explicativa, onde é solicitada a abertura das diferenças entre a contabilidade societária e regulatória por classe de consumo de energia.

Não foi definido no referido Despacho a metodologia e os critérios para a apresentação destas informações. Assim, a Companhia entende ser mais adequada a apresentação das diferenças por tipo de ativos e passivos regulatórios, e não por classe de consumo, tendo em vista que os ativos e passivos regulatórios somente terão efeito na tarifa dos consumidores, a partir da homologação da ANEEL no próximo reajuste ou revisão tarifária, momento em que é estabelecida a participação (%) dos itens financeiros para cada classe de consumo.

13. Receita e despesa de construção

Em suas demonstrações financeiras societárias a Companhia contabiliza receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. A Companhia terceiriza suas obras e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem próxima a zero não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero. A receita e o custo de construção estão representados pelo montante de R\$36.775 em 2012 (R\$45.180 em 2011). Para fins de Regulatório tais receitas e custos são revertidos em função de não haver definição de sua contabilização nas práticas contábeis regulatórias.

14. Deduções da Receita Operacional

Descrição	2012	2011
PIS e COFINS	(531)	158
CVA CCC	99	1.688
CVA CDE	124	(225)
Total	(308)	1.621

(a) Ver Notas Explicativas nº 4 e 9.

15. Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

Descrição	2012	2011
CVA Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.891)	3.426
CVA Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(1.247)	(117)
CVA Encargos do Uso do Sistema de Transmissão/ Distribuição	(5.055)	272
Total	(9.193)	3.581

(a) Ver Notas Explicativas nº 4 e 9.

16. Custos não Gerenciáveis - Parcela "B" - Outras Despesas Operacionais

Descrição	2012	2011
Reclassificação do Resultado não operacional	(1.075)	1.724
Total	(1.075)	1.724

Para fins de demonstrações financeiras societárias não há previsão de resultado não operacional, sendo seus efeitos classificados em Outras despesas/receitas operacionais, no entanto para fins de Regulatório tal classificação continua prevista nas práticas contábeis regulatórias.

17. Despesa de depreciação e amortização

Descrição	2012	2011
Depreciação	19.993	18.854
Amortização	(14.335)	(13.655)
Total	5.658	5.199

(a) Ver Nota Explicativa nº 8.

18. Receitas e Despesas Financeiras

Descrição	2012	2011
Atualização financeira de ativos regulatórios	(196)	22
(-) Atualização financeira do contas a receber da concessão	(57.224)	-
Total da receita financeira	(57.420)	22
Atualização financeira de passivos regulatórios	(2)	(698)
Total da despesa financeira	(2)	(698)

(b) Ver Nota Explicativa nº 7.

(c) Ver Nota Explicativa nº 9.

19. Resultado não Operacional

Descrição	2012	2011
Resultado operacional reclassificado na contabilidade regulatória	(1.075)	1.724
Ganhos (perdas) na desativação/ alienação de bens e direitos	(604)	(633)
Total	(1.679)	1.091

(a) Ver Nota Explicativa nº 16.

20. Despesa de imposto de renda e contribuição social

Descrição	2012	2011
Total dos ajustes da contabilidade regulatória	(59.907)	(10.005)
Imposto de renda	15.031	2.503
Contribuição social	5.271	903